

“Não haverá nenhuma calamidade”, crê Velloso

por Cecília Costa
do Rio

“Não haverá nenhuma calamidade na área externa. Os bancos credores terminarão por aceitar que o Brasil pague, neste ano e nos próximos, apenas 60 ou 70% dos juros da dívida”, afirmou, ontem, o ex-ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, ao realizar uma conferência sobre “a crise externa e o mercado de capitais” na Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima).

Para Velloso, esse acerto quanto aos juros será feito na próxima negociação, “que atravessará período de turbulências e se assemelhará a uma corrida de obstáculos, porque o impasse não convém a nenhuma das partes e é irrealista esperar que um País em desenvolvimento faça, durante longo período, transferências de recursos reais para o exterior da ordem de 4 a 5% do Produto Interno Bruto (PIB). Pesa também o fato, acentuou, de que os demais países endividados vêm fazendo esforço muito menor do que o Brasil, transferindo mesma renda”.

Em contrapartida, porém, o ex-ministro crê que os bancos vão pressionar o máximo no sentido de o Brasil fechar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Se o País continuar a recusar, “a saída será convencer os credores de que o programa de ajustamento brasileiro irá assegurar superávits comerciais que permitam o pagamento dos juros na parcela acordada e ao mesmo tempo colocará a inflação sob controle.

Para que a inflação seja controlada, ficando pelo menos abaixo dos 12% ao mês, o primeiro ponto relevante, de acordo com Velloso, é que o governo mantenha efetivamente o déficit público consolidado dentro do limite de 1,5% do

PIB. Além disso, será preciso quebrar a espinha dorsal da indexação, porque “se continuar integral e imediata, em todos os setores, o problema não estará resolvido, já que as taxas atuais de elevação de preços não declinarão”.

Como a possibilidade de novo congelamento parcial e temporário proposto pelo ex-ministro João Sayad, foi descartada, um meio que pode ser utilizado para dissociar a taxa futura de inflação das taxas passadas, fora a redução do déficit, “é o estrito controle sobre os preços principais da economia, após o realinhamento. Significaria na prática uma defasagem obtida por meio de reajustes de preços um pouco abaixo das elevações de custos”. Mesmo bem administrado, porém, destacou, esse sistema resultará em declínio bastante suave das taxas de inflação.

É importante também, disse ainda Velloso, que seja acionada uma estratégia de desenvolvimento, pois “o Brasil precisa partir agora para seu novo estágio de industrialização”.

A fim de evitar a desatualização tecnológica, será necessário, afirmou, “estabelecer no País a indústria de componentes digitais para a área de eletrônica; substituir importações e iniciar exportações em química fina; realizar expansão nas áreas de petroquímica, celulose e siderurgia e introduzir a lógica da informática nas indústrias básicas”.